



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 05

Sessão Ordinária de Dezembro

4.ª Reunião de 28-12-2009

Aos vinte oito dias do mês de Dezembro dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Luís Filipe das Dores Salgado Henriques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Silvestre Paiva da Silva, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Antero Marques dos Santos, Anabela de Almeida Saraiva, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Octávio Manuel Rodrigues Santos, António Óscar Moreira Paulo, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:
Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Maria da Luz Nolasco Cardoso, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro e Raúl Ventura Martins pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques e Anabela de Almeida Saraiva.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Tavares Marques, David Paiva Martins, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha e João Alberto Simões Barbosa, se fizeram substituir nesta reunião por Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Luís Filipe das Dores Salgado Henriques, Silvestre Paiva da Silva, Octávio Manuel Rodrigues Santos e António Óscar Moreira Paulo, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰², deu nota da correspondência recebida, informando os Senhores Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Suspensão de Mandato: o Presidente da Mesa⁰² nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresentou o pedido de suspensão de mandato do Vogal António Manuel de Pinho Regala, eleito na lista do Partido Comunista Português, por um período de mais 180 dias, compreendido entre 10 de Dezembro de 2009 e 06 de Junho de 2010, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura, António Manuel Santos Salavessa.

Colocado à apreciação do plenário não se verificaram intervenções.

Tomada de Posse: Nos termos do n.º 3 do artigo 44.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa⁰⁴ deu posse ao eleito, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro.

Presidente da Mesa ⁰⁴

PONTO 8. – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS A CRIAR UMA BOLSA DE TERRENOS MUNICIPAIS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 01/06/2009, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação do assunto em epígrafe.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁶

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷

“Isto de andar na Assembleia Municipal por vezes é um campo de minas. É um campo armadilhado.

Uma pessoa prepara, pega num Ponto da Ordem de Trabalhos, prepara a intervenção para esse Ponto da Ordem de Trabalhos, de acordo com a informação que está disponível e de repente “Bum”, rebenta uma mina. E a mina que aqui rebentou foi a de que este terreno, a compra deste terreno se destina a viabilizar o acesso ao terreno do quartel dos bombeiros. Porque nada da informação que foi distribuída! Nada da deliberação da Câmara! Nada nos dizia ou nos diz que este terreno tinha este objectivo.

Portanto o Senhor Presidente coloca aqui de chofre na Assembleia Municipal, informação que era preciosa para uma ponderação diferente daquela que foi feita, portanto um destino que não foi em momento nenhum invocado na informação que foi disponibilizada.

E porque a posição que tenho, se assenta na apreciação dessa informação, eu queria deixar muito claro o seguinte: quer dizer, eu não vou poder votar a favor de uma coisa que é posta assim desta maneira! É evidente que a viabilização da construção do quartel dos bombeiros, não acredito que esteja dependente desta compra, porque se o problema é construir um acesso e esse acesso é aquele que está previsto no Plano de Urbanização da 109, no plano da 109, há outros mecanismos que permitem avançar para a construção do acesso, que não a compra de todo o terreno e, parece-me ser perfeitamente possível adicionar outros mecanismos, designadamente o mecanismo de expropriação por utilidade pública, se o objectivo é construir um acesso ao quartel, ou chegar a um acordo com o proprietário tendo em conta essa possibilidade, no momento em que, como é sabido o município passa pelas circunstâncias em que passa, financeiras nomeadamente, o valor que é proposto não é um valor despidendo, tendo em conta as duas parcelas e numa altura em que o município deve medir bem toda e qualquer despesa que faz, não me parece que seja correcto, uma Câmara que tanta vez diz defender o mercado, esteja a interferir naquilo que deve ser a negociação directa entre eventuais empreendedores e os proprietários do terreno, só porque há um caminho para abrir. Ora se o caminho já está previsto no Plano da 109, não é necessário comprar o terreno porque esse caminho passa a existir ou melhor, não é necessário comprar o terreno todo, para que esse mecanismo passe a existir.

Portanto, não me parece correcto estar a investir fundos municipais se calhar para propiciar depois aos futuros empreendedores apenas a compra daquilo que lhes interessa para a construção, sem fazerem o que é devido, - comprar aquilo que é destinado a usufruto público.

Portanto, se bem percebo, os documentos foram enviados, a parte de construção dos documentos em apreço é uma parte muito reduzida; portanto tudo o resto é espaço público, acessos, etc. etc.

Portanto não me parece ser um bom negócio e volto a condenar (o termo parece que não é ofensivo), o facto de uma informação que era central, só ser disponibilizada em plena Assembleia pelo Senhor Presidente.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁸

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁹

Presidente da Mesa ⁰¹⁰

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) ⁰¹¹

Vogal Paulo Jesus (PS) ⁰¹²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) ⁰¹³

Presidente da Mesa ⁰¹⁴

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁵

“Votos reiterados de boas festas a todos.

Em relação a esta matéria algumas notas, em primeiro lugar a dificuldade que tive em me situar em relação aos terrenos que aqui estavam referidos.

Eu estive a ver a deliberação e contrariamente àquilo que foi dito não houve unanimidade na Câmara. Os vereadores à época eleitos pelo PS votaram abstenção.

E eu estive a tentar recordar-me até dos apontamentos que tinha a razão da nossa abstenção e o que é facto, é que eu não me recordo nem de memória, nem de notas que normalmente tirava e continuo a tirar nestes momentos, de haver um acesso relativo à questão dos bombeiros, não tinha de memória. Lapso seguramente meu!

Mas o que é facto, é que quando olhei para a planta, as dúvidas continuaram a subsistir. Em primeiro lugar porque continua a ser prática da Câmara e uma prática errada, apresentarem-nos plantas assim, ninguém sabe o que é que está escrito e dito e desenhado nesta planta ponto 1.

Ponto 2, quando a planta tem um grau de concretização maior, não se consegue perceber onde está a localização dos próprios terrenos!? A única coisa que consegui perceber é que isto era da estrada nacional 109. Mas não consegui perceber que isto tinha alguma relação, em relação com os terrenos dos bombeiros e passo a explicar porquê.

Uma das razões, ponderosas aliás que estive na concretização ou futura concretização da construção da infra-estrutura do Quartel dos Bombeiros Novos, naquela localização, tinha que ver com dois pontos: primeiro, um acesso fácil quer à cidade quer à 109; e segundo uma questão de visibilidade. E para o efeito da localização do futuro Quartel para a 109 não havia construção de permeio. Isso foi objecto de um erro, incluindo pelos serviços que no anterior mandato foi debelado.

O problema está, é que neste estudo urbanístico e suponho e agora aqui a Câmara é que me vai dizer se estou certo ou se estou errado, passando a estrada 109 neste sentido e supondo que isto é o cemitério, segundo me deu aqui uma dica o Senhor Octávio e sendo nesta zona a Repsol a minha pergunta é: - se o Quartel se situar aqui, tem aqui, tem uma linha de construção de Rés-do-chão mais cinco pisos que inviabilizam a visibilidade da 109 para o Quartel.

Aliás, foi uma razão constantemente invocada no anterior mandato, inclusivamente em reuniões públicas de Câmara, que uma das situações que para lá se concretizasse (volto a sublinhar), era precisamente haver essa visibilidade, por uma questão de segurança, por uma questão de localização, de percepção das pessoas, isso era muitíssimo importante ponto 1.

Uma outra situação que gostaria de ver esclarecida, que é esta, que eu também não compreendi: diz o senhor Presidente, que de facto parte do terreno e segundo agora começo a compreender que são estes dois bocadinhos aqui em cima, vão ser perpassados pelo dito acesso sul, mas o resto de facto entronca em lotes de terreno generosos de construção e portanto daí, valiosos, que eu francamente não tinha ideia que eles existissem aqui pela razão que atrás invoquei. Eu neste momento estou preocupado.

E mais preocupado estou e acabo até por responder ali ao meu amigo Manuel Prior, porque é evidente que isto agora vem sempre o “ataquezinho” à Freguesia de Esgueira que é apetitosa, mas eu deixe-me só que lhe diga, mas quando for assim telefona à Senhora Presidente e pergunta se a Câmara a informou desta compra. Pergunte-lhe se a informou desta compra e se lhe pediu opinião para ela e se calhar a resposta surpreendê-lo-á.

A mim não me surpreendeu rigorosamente nada, mas a si se calhar vai surpreender.

Mas deixe-me dizer-lhe uma outra coisa: em relação à questão da Câmara regular ou não o mercado imobiliário e ali alguma perplexidade do vereador Pedro Ferreira. É evidente que a Câmara tem um poder enorme em regular o mercado imobiliário por uma razão muito simples; é que a Câmara faz planeamento e quando a Câmara planeia diz se no seu terreno se constrói um piso ou se constrói cinco; e quando está a fazer isso está a regular, está a dizer ao mercado quais é que são os terrenos valiosos e quais são os terrenos que pouco valem. E portanto nesse sentido tem um papel regulador do mercado imobiliário.

Por último gostaria de sublinhar para terminar, que fosse mesmo respondida e depois seguramente penso que ainda haverá uma segunda volta, esta questão dos terrenos relativos à concretização do Quartel e dos seus acessos. Se esta é a última compra que tem que ser feita ou se ainda existem outras? Isto é importante para que nós percebamos isto, até porque para o Quartel funcionar precisa de ter acessos e nós gostaríamos de saber qual é o ponto de situação disso, até porque no anterior mandato e eu estou muito bem recordado disso, se fez grande nota de que o terreno para os Bombeiros já estava comprado para se construir o Quartel e eu gostaria de perceber como é que isso está.”

Vogal Celina França (PS) ⁰¹⁶

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁷

“Também queria reforçar que de facto a qualidade das plantas é diminuta, nem sequer está identificado o terreno. É possível ver algumas numerações 15, 11, 12, aliás nem sei, penso que será o terreno marcado com o número 15 que é de difícil percepção e vou imaginar também e depois podem-me confirmar, que os dois terrenos em aquisição, estão os dois situados naquela parcela numerada com 15, e são praticamente anexos, a única coisa que os difere é o proprietário.

Mas eu queria fazer uma pergunta muito directa: o Presidente, considerou que um preço médio por 125, 120 euros por metro quadrado era um bom negócio. Acontece que no ponto seguinte, no ponto 9, a autarquia vai adquirir um terreno de matriz urbana em São Jacinto, em que o preço médio ronda os 75 euros por metro quadrado. Sendo um terreno de matriz urbana e sendo este um prédio rústico, qual é a grande mais-valia deste terreno para custar quase o dobro do anterior?

E a localização não explica, porque em termos de avaliação de imóveis tanto São Jacinto como Esgueira estão no mesmo Serviço de Finanças 2, ou então é um bocado estranho, para avaliação dos imóveis, estão perante a mesma localização, têm o mesmo coeficiente de localização, mas depois quando é avaliação de terreno já não?

Portanto eu vou considerar que a localização não é um critério; e portanto pedia que me explicassem exactamente de onde é que vêm os 125, 120 euros por metro quadrado e como é que isso no vosso entender é um valor razoável para um prédio rústico?”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰¹⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁹

“Esta intervenção nem sei se merecia uma resposta ou não, mas eu nem sequer a vou dar, vou ignorar completamente aquilo que acabou de ser dito por absurdo que é! E vamos cingir àquilo que nos é pedido que analisemos.

Bom primeiro a questão das plantas. Ainda bem que há mais alguém nesta Assembleia que faz coro com os meus protestos de há muitos anos, sobre o modo como nos são indicados os diferentes terrenos que nós temos que avaliar, por isso não é um assunto de agora, é um assunto de décadas.

Por isso não é um assunto se calhar político em termos das pessoas que lá estão neste momento a gerir os destinos políticos desta Assembleia mas que lá é um problema técnico?! Não sei. É que esses sorrisos fazem-me ver que se calhar no passado não era, era propositado. Mas então foram os senhores que ensinaram aos técnicos na altura o que é que se devia entregar à Assembleia e eles ainda não aprenderam que agora os tempos são outros e se calhar devem usar outros procedimentos que é, mostrem às pessoas, elucidem todas as pessoas para que possam em consciência fazer a apreciação dos documentos. Espero que tenha interpretado bem esses vossos sorrisos.

E por isso, também eu tive dificuldade em perceber onde é que estes terrenos se situam. Mas não há dúvida que aparece aqui uma referência que é a Estrada Nacional 109. E nós aí sabemos onde é que é. E nós sabemos também, já de há mais de uma década nesta Assembleia, que esta estrada tem um estudo urbanístico, que eu gostaria muito que fosse um Plano de Pormenor, mas neste momento é um estudo urbanístico, que nos indica que vai ser uma futura grande avenida da cidade de Aveiro, da grande cidade de Aveiro e que vai levar prédios de um lado e do outro e que esses prédios não vão ser prédios baixos, aliás como uma vez nos explicaram aqui alguns arquitectos que tinham sido convidados na Assembleia Municipal, até por uma questão de largura da própria via. Porque sendo uma via larga precisa de prédios

relativamente altos para lhe darem suporte. Foi isso que explicaram na altura e por isso eu aceito.

E por isso é normal que eu veja aqui que há prédios a bordejarem a Estrada Nacional 109.

E por isso quando o Quartel de Bombeiros Novos de Aveiro, se diz que fica localizado junto à 109, para mim sempre achei que era lógico, que não era mesmo juntinho à 109, seria com bons acessos e não com boas vistas. Pelos vistos aquilo que o PS acha, é que os Bombeiros deviam ter boas vistas! Eu acho que não. O que interessa é que tenham bons acessos e isso é que me preocupa naquela zona, porque é uma zona que acho que no futuro terá bons acessos, mas acho que se o Quartel dos Bombeiros for para lá, e espero que vá para lá o quanto antes, possa (que na altura que for para lá), ser dotada de bons acessos. E por isso há ainda um conjunto de infra-estruturas rodoviárias que falta dotar naquela zona.

Esta ligação que aqui se preconiza à 109, parece-me uma pequena ligação, de certeza que não é uma ligação muito importante, aliás pela estreiteza da via; parece-me que as ligações importantes passarão a ser a rotunda da Vouga Lar, eventualmente a rotunda que vai dar à estação, quando estiver feita todo o cruzamento da linha do Vouga passando paralelo às escolas. E por isso toda essa zona, vai dotar aquela área das escolas de Esgueira, como uma zona nobre na cidade.

E por isso eu entendo estes terrenos, que nos estão aqui a propor a compra por parte da Câmara Municipal, como uma futura zona nobre da cidade e que por isso tem que ser pensada e está pensada, pelo menos pela maneira como esta planta também aqui já nos chega com a tipificação da construção, de uma maneira que seja de ordenação do território; e por isso eu espero que isso na realidade esteja a acontecer.

E por isso então nesta conjuntura, o investimento em dois terrenos que totalizam quatro mil metros quadrados e pelos quais esta Câmara se propõe a pagar qualquer coisa como meio milhão de euros, parece-me um negócio razoável. Mas também gostaria de fazer a mesma pergunta, é como é que se chegou a este valor? Porque realmente não nos são dados para nós podermos chegar a este valor.

E realmente, isto do mercado imobiliário, nós não somos especialistas dessa área e também gostaríamos de poder saber fazer estas contas, para, como já foi dito, o PSD poder votar conscientemente e poder votar favoravelmente esta proposta, que é uma proposta que é muito importante, porque é importante que esta Câmara crie uma bolsa de terrenos, para poder negociar com possíveis outros proprietários de outros terrenos, que possam existir noutros lados, que possam ser interessantes em termos de desenvolvimento da cidade e que possa haver essa permuta depois de terrenos, como normalmente tem acontecido nesta Câmara, noutras Câmaras anteriores, que o têm feito e penso que é a melhor maneira de se fazer, é quando a Câmara tem património, tem bens e estes parecem-me que são bens que estão à disposição e acho bem que a Câmara possa investir.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰²⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²¹

Presidente da Mesa ⁰²²

“A Mesa regista esta queixa crónica, pelos vistos com uma década, acerca da qualidade dos mapas que aqui são trazidos e a partir de agora seguramente que mais nenhum mapa virá nessa circunstância.

Se há a questão que somos bons é na resolução de doenças crónicas!

Por consequência ficará aqui uma garantia que pelo menos para cada líder de bancada virá um mapa apropriado e designadamente, porque não, com os meios técnicos hoje existentes o “Google Earth” com fotocópia a cores e a localização ao milímetro do respectivo terreno.

O segundo, porque como estamos a derivar desta questão do terreno para o Quartel dos Bombeiros Novos, também estou a olhar ali para o Sr. Óscar Paulo da Vera Cruz, que na

altura trouxe à discussão: “a Vera Cruz perder os Bombeiros Novos?” Enfim, isto não será como que levar as Antas para a Segunda Circular...”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰²³

“Foi aqui referido em relação a este processo ou a este assunto, que o município deve medir bem toda e qualquer despesa que faz. Foi exactamente isso que nós fizemos neste processo, foi medir bem toda e qualquer despesa, que temos que fazer nomeadamente em termos das infra-estruturas envolventes, que tem custos elevados e daí termos avançado com este assunto.

Foi também apontada a hipótese da expropriação e podia ficar aqui a ideia, o espírito de quem ouve de que se ir para a expropriação era mais fácil e mais barato. Estou convencido que além da conflitualidade, seria muito mais demoroso e seria muito mais caro, se esse fosse o caminho que nós seguíssemos.

Quanto ao plano dos princípios, há a intervenção reduzida, transparente e defendendo o interesse público, penso que são estes valores, são estes princípios que estão presentes neste negócio.

Quanto aos Bombeiros, estão negociados já onze terrenos. O processo está preso apenas por questões administrativas e burocráticas de legalização dos processos todos, das onze aquisições que foram feitas. E logo que esse processo esteja concluído, naturalmente que os terrenos passarão para os Bombeiros, para este fim específico, a construção de um Quartel novo.

Quanto ao erro que aqui foi levantado, foi suscitado, o tal erro que terá sido debelado. Não foi debelado e daí também que na planta, porque este é o estudo urbanístico que ainda está aprovado pela Câmara, não teve alteração, portanto nós não podíamos apresentar aqui nenhuma planta diversa desta, porque naturalmente o estudo que está em vigor é este.

Mas há o compromisso da nossa parte já, com os Bombeiros, em que essa questão da tal última construção que aqui surge, já próximo do cemitério e próximo das bombas de gasolina, não venha a existir, seja eliminada com dois objectivos, não só a questão da visibilidade, mas fundamentalmente para permitir com isso algum alargamento, embora pequeno, mas algum alargamento do cemitério para esse espaço aqui assim.

Quanto aos acessos e aos terrenos para os acessos, deste lado sul são as primeiras aquisições, quanto aos outros lados norte/poente já estão todos os terrenos resolvidos, todos os acessos garantidos, falta só agora este lado.

Quanto ao Centro de Saúde Mental, como a Dr.^a Celina sabe já aqui foi objecto, a Assembleia já deliberou a aprovação de um dos terrenos do Centro de Saúde Mental, de um dos imóveis. A Câmara já o adquiriu, já o pagou, já é da Câmara. Está em causa outro imóvel, do lado de cá. Na sequência dos contactos havidos, das avaliações feitas pelas partes, já chegámos verbalmente ao acordo de um valor, aguardamos há alguns meses, que da parte do Ministério das Finanças, haja a formalização por escrito desse valor que foi acordado verbalmente nos contactos que nós tivemos, para que o assunto possa ser presente depois aqui à Assembleia Municipal.

O João Pedro Dias, porquê 120 euros em Esgueira e porquê 75 euros em São Jacinto? Dando nota de boa disposição, João Pedro só para dizer isto. O João Pedro se tiver um terreno no centro da cidade que seja proprietário, diga-me porque eu estou disposto a comprar-lhe a si pelo preço que se compram os terrenos nos limites do concelho, o contrário já não. Se tiver um terreno no limite do concelho eu não o vou comprar pelo preço de um terreno no centro da cidade, naturalmente que as coisas em função da sua localização tem obviamente preços diferentes e parece-me seguramente por aquilo que é a pratica seguida e é fácil para qualquer um, em relação a este preço por exemplo, basta questionar e perguntar e saber e informar-se, em relação por exemplo à 109, qual é o valor das aquisições que lá se concretizaram na pratica, não é em termos de intenções. E penso que conclui, que este é um preço aceitável,

razoável e bom, permite aqui gerar alguma mais-valia, para nós colocarmos ao serviço de interesse público, neste caso colocar ao serviço dos Bombeiros.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰²⁴

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰²⁵

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰²⁶

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰²⁷

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰²⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰²⁹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰³⁰

“Quanto à expropriação de uma parte, neste caso um quinto, o proprietário pode exigir se fosse o caso, a aquisição do terreno todo. Portanto não nos podíamos limitar ao quinto, poderíamos ter eventualmente num processo desses, de expropriação, de adquirir o terreno todo.

Quanto ao João Pedro Dias, disse que se isto fosse urbano o terreno ainda era aceitável. É só para dar aqui nota das três preocupações aqui expressas que o Dr. Marques Pereira, que se ligam com estas. Um terreno em reserva agrícola, ecológica não vale isto. Excelente mas este terreno no PDM não é nem reserva agrícola, nem reserva ecológica. Estamos de acordo quanto à primeira afirmação de que um terreno em zona ecológica e agrícola não vale isto, só que este é construção multifamiliar conforme está no PDM. É a tal planta que aqui está que não se percebe nada, que foi apresentada há bocado, que ninguém percebeu nada, mas que afinal há informação aqui.

Quanto ao esclarecimento também que foi aqui solicitado e a clareza, se leva ou não o edifício à frente, se o Presidente da Câmara disse ou não aos Bombeiros, se prometeu ou não há dez minutos aqui, perante a Assembleia toda, expliquei exactamente esse ponto. Foi pena que o Dr. Marques Pereira não estivesse estado presente para ouvir essa explicação, porque deixaria de estar preocupado.

Quanto à alteração do plano. Eu desconheço pessoalmente que este plano tinha sido alterado e daí que eu tenha dito também há pouco, que este é o plano que está em vigor para a 109, de modo que mesmo não sendo nossa intenção que esta construção aqui continue, nós não podíamos trazer à Assembleia um documento e fotocópia de um documento que não traduzisse aquilo que é o instrumento do regulamento em vigor neste momento.

Penso que podemos ficar tranquilos, descansados, temos ali um novo espaço, uma nova centralidade, criamos condições para cimentar naturalmente como é evidente. E ainda disse mais, permitirá um ligeiro alargamento do cemitério de Esgueira também, permitirá isso tudo. E pensamos que com isto aqui assim, consolidamos um projecto que é importante para Aveiro, que é importante para uma associação centenária e que é importante para todos nós.”

De seguida, o Presidente da Mesa⁰³¹, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos por cinco minutos, a pedido da bancada do PS.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa⁰³² colocou à votação o Ponto 8 – Aquisição de Imóveis destinados a criar uma bolsa de terrenos municipais, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e sete votos a favor (PSD19+CDS7+IND1), onze abstenções (PS10+PCP1) e dois votos contra (BE2).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰³³

“A abstenção nesta votação deve-se à informação verbal do Sr. Presidente da Câmara, em plena sessão, de que os terrenos não se destinam à construção contrariamente ao que consta no PU e no PDM, mas sim a espaço público qualificado envolvente do novo quartel dos Bombeiros Novos!

Sendo pertinente o destino agora invocado para os imóveis, não ficou demonstrada a inexistência de outros caminhos para o fim em vista, nem a pertinência da viabilidade do investimento no contexto da situação financeira do Município.”

Vogal Rafael Nevado (CDS/PP) ⁰³⁴

“A bancada do CDS/PP nesta Assembleia votou favoravelmente a proposta de aquisição de dois terrenos rústicos em Esgueira, porque considera em primeiro lugar imprescindível para o município de Aveiro a constituição de uma bolsa de terrenos que lhe permita a concretização dos mais diversos projectos que tem em mente no futuro; e porque nos parece que as razões suplementares aduzidas pelo executivo para a aquisição desses imóveis, vão muito além da mera integração dos mesmos no seu património e são perfeitamente justificadas”.

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰³⁵

“Bem, isto de facto das palavras do Senhor Presidente, é preciso ter um espírito interpretativo porque o Senhor Presidente não foi claro naquilo que disse. Já consultei aqui toda a gente e toda a gente me diz a mesma coisa. O senhor Presidente disse que não ia haver construção. Afinal, vai haver? Diga já agora só para eu perceber... abane só a cabeça para eu perceber. Vai haver?! Não, é que isto é ridículo. Mas de facto o Senhor Presidente não foi claro.

O senhor Presidente disse duas coisas: que no PDM actual estava previsto multifamiliar. Disse outra coisa: que no estudo urbanístico que aqui estava, e que veio porque era a planta que estava, está previsto cave, rés-do-chão mais cinco pisos, mas que não ia haver construção. Isso já não disse? – Então a questão é esta: portanto vai haver construção, os pressupostos (eu até já tenho dúvida se devia ter votado na abstenção devo-lhe já dizer (mas está votado, está votado). Porque a questão é esta (porque não foi isto que eu compreendi, nem os meus colegas de bancada e pelos vistos os outros partidos): aquilo que está prometido por parte da Câmara Municipal no anterior mandato aos Bombeiros é que não havia construção entre o Quartel e a Estrada Nacional 109 por forma a haver 100% de visibilidade entre a estrada e o próprio Quartel, e por esse modo facilitar também o acesso e entrada e saída na mão.

Isto era o que estava, eram as premissas em que assentavam a promessa escrita e que o Senhor Presidente fez público em Sessão Pública de Câmara nos Paços do Concelho com a presença à época do Senhor Coronel Albuquerque — eu estava lá e ouvi, não inventei.

E o pressuposto da nossa abstenção é que, 1.º - não haja lá de facto nenhuma construção para se honrar de facto esse compromisso que existe com os Bombeiros. Porque não é por mero capricho que há esta exigência. É porque razões de segurança que isso foi feito.

E por outro lado, porque continua a haver justas dúvidas em relação à questão do valor metro quadrado que é pago pelo terreno, por causa da questão da expectativa ou não de construção que lá estaria — e toda a gente ficou sem perceber se há ou se não há!

Eu aqui já ouvi várias opiniões e o Senhor Presidente não foi claro nessa matéria e devia ter sido cabalmente claro.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰³⁶

“A bancada do PSD votou favoravelmente a aquisição deste imóvel destinado a criar uma bolsa de terrenos municipais na Freguesia de Esgueira, por considerarmos que este é um

investimento importante para o município e também para a Freguesia de Esgueira numa futura zona nobre, mais uma zona nobre do nosso município, tendo um acesso privilegiado à 109 e próximo da localização do futuro Quartel dos Bombeiros Novos de Aveiro.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰³⁷

“Só para não ficar essa dúvida aqui em relação a isso. Foi dito aqui por mim e penso que somos todos testemunhas disso, que um dos motivos que nos fez avançar com esta proposta para a Assembleia foi o facto de termos na envolvente do que vai ser o Quartel dos Bombeiros, realizar as infra-estruturas todas (vão ser por nossa conta). E estamos convencidos (disse-o na altura) que a aquisição deste terreno ou a proposta que aqui está vem minorar esses custos. Portanto significa isto naturalmente que a aquisição deste terreno procura por um lado dar arranque ao acesso a Sul aos Bombeiros, mas permite também ir buscar mais-valias para que se realizem as infra-estruturas.

Isso penso que ficou aqui claríssimo logo na primeira resposta que eu dou ao António Salavessa, é exactamente assim. O conselho que veio do António Salavessa foi este: temos que medir muito bem toda a despesa do município. E a minha resposta foi exactamente o que nós fizemos neste processo, avaliando a despesa que vamos ter com as infra-estruturas.

Penso que isto não é difícil de perceber nem é muito confuso perceber se eu o digo nesse sentido que é para ir buscar mais-valias, ter mais-valias.

Agora não confunda Dr. Marques Pereira esta construção, nestes terrenos que nós estamos aqui a adquirir, com a não construção. (ou com a eliminação da construção numa outra zona, na zona próxima do cemitério).”

PONTO 9. – AQUISIÇÃO DE TERRENO EM SÃO JACINTO.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 27/07/2009, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Câmara Municipal fez uma apresentação do assunto em epígrafe.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰³⁸

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰³⁹

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰⁴⁰

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰⁴¹

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) ⁰⁴²

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰⁴³

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) ⁰⁴⁴

Vogal Paulo Jesus (PS) ⁰⁴⁵

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) ⁰⁴⁶

Vogal Paulo Jesus (PS) ⁰⁴⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁸

“Novamente neste Ponto, cá estamos envolvidos em compras de terrenos para uso futuro pela Autarquia. Dirão os de sempre – “é negociata, especulação.” E ai de alguém que tente fazer as

escrituras fora de horas ou a horas incómodas, embora não saiba propriamente o que são horas incómodas, pois preste nos serviços profissionais a qualquer hora do dia, da semana. Mas diria eu, cuidado, porque para alguns se a Câmara compra terrenos, isso pode ser enriquecimento ilícito, negociatas, ou especulação. Já o ouvimos aqui nesta sala!

Mas enfim, mais a sério, penso que aqui também nesta compra o executivo esteve bem e os vereadores, todos os vereadores pois votaram por unanimidade esta proposta proveniente do executivo.

E para mim, esteve bem, porque estes terrenos podem ser uma parte da solução do grave problema que são os terrenos antigos do estaleiro de São Jacinto. Uma parte da solução. Note-se que estes terrenos a adquirir pelo executivo do Dr. Élio Maia tem frente de estrada para a rua Carlos Rodier e para a rua 25 de Abril. Estrada de chegada à Freguesia de quem vem da Torreira, ou seja, esta é a fatia nobre de todo aquele terreno, visto que este e só este, em termos de PDM, permite construção uni familiar e os terrenos dos Estaleiros não permitem construção.

Este que a Câmara deseja comprar, permite construção e os estaleiros têm frente ria e serão no futuro e para qualquer investidor uma mais-valia em conjunto, pois devido ao seu diferente PDM completam-se.

Mas se no futuro não der esta junção, estes terrenos que a Câmara Municipal de Aveiro deseja adquirir também são valorizáveis, pois eles já permitem construção em toda a sua extensão, para duas das principais artérias viárias de São Jacinto.

Pelo descrito atrás, facilmente será de constatar que irei votar a favor desta proposta. No entanto como na anterior repito: no entanto e como na anterior gostaria de mais uma vez usar dos préstimos do Senhor Presidente da Mesa e questionar o deputado e Presidente da Junta de São Jacinto, o meu amigo Rui Vaz, se na sua opinião de representante do povo de São Jacinto e é nessa condição que aqui está, repito, - gostaria que me informasse, se esta compra de terrenos a fazer pelo executivo liderado pelo Dr. Élio Maia é ou pode vir a ser uma mais-valia futura para a Junta de Freguesia e para os seus fregueses de São Jacinto?"

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁴⁹

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁰

“Quase que me dispensaria de produzir aqui as palavras que vou dizer, porque agrada-me sobremaneira, ver uma decisão do executivo por unanimidade, quando é certo e sabido a categoria dos elementos que a compõem, nomeadamente da oposição. Faço-lhe justiça e se votaram por unanimidade, foi porque há de facto uma visão estratégica neste assunto.

Gostaria que o debate político se cingisse efectivamente às causas nobres deste concelho. E que cada um de nós evitasse cair na tentação de chamar a sua causa a causa nobre. Dizer que aqui o que está de facto em causa, é uma questão de oportunidade ou de uma questão estratégica. É importante ter aquela bolsa de terrenos. Não é para ajudar o problema dos trabalhadores. Ninguém pense nisso! Ninguém pense! Não! É fundamental para resolver um conjunto de problemas de que São Jacinto está a viver há muito tempo.

Os senhores são tão de Aveiro como eu e não vão entrar em debate paralelo. Não vou cair na tentação de vir para aqui armado (peço desculpa de dizer isto), com esse tipo de intervenção a dizer que somos uns palhaços, não cabe nesta casa! Comigo não cabe! E portanto acho que nós temos que ter a elevação suficiente para colocarmos questões que devem ser colocadas e de facto, questionar o executivo em tudo aquilo que for de questionar, porque de facto é essa a nossa nobre missão. E eu como deputado municipal nunca vou abdicar disso, nem aqui nem em lado nenhum!

E portanto também faço justiça, não é pelo facto de os senhores vereadores da oposição terem defendido favoravelmente por unanimidade esta matéria, que os senhores têm que seguir como

carneirinhos. É evidente que não! Não é isso que está aqui em causa. Mas senhores sejamos sérios.

Portanto nós até para obstar de facto que aqui andemos até às calendas gregas, para discutir esta questão que é importante para o concelho de Aveiro e para a Freguesia de São Jacinto; e peço aos senhores moderação, mas elevação e colocar as questões como elas devem ser colocadas, porque senão, meus amigos, nós não saímos disto!

Quando na verdade aqui assim um colega deputado do PP, levanta aquela questão da forma como levantou, foi justamente e de uma forma muito simples, sem chamar nomes a ninguém, para muitas vezes a dualidade de critérios que existe apenas por critérios de oportunidade política, de debate político, - saudável como é óbvio, não estou a dizer que não, mas apenas porque isto é debate político é importante explorar aqui assim uma contradiçãozinha entre os vereadores da oposição e os deputados da oposição. Mas não vem de mal nenhum ao mundo nisso o.k.?

Portanto, pela minha parte meu caro Presidente, meus caros colegas é isso que me apetecia dizer. Claramente estou a favor de tudo aquilo que disse o meu colega Manuel Prior e eu também com todo o há vontade vou votar a favor, favoravelmente por unanimidade esta discussão.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [051](#)

“Dr. Olinto Ravara eu apreciei muito o seu discurso, devo dizer. Até estou consigo nessa! Estou consigo. Agora a provocação política e o jogo político por causa destes terrenos, eu concordo consigo que a discussão se está a atrasar, veio do PSD, que chegou até a brincar com a hora das escrituras tardias, como se fosse uma situação para brincar e creio que se deveria estar a referir àquela famosa escritura do Beira-mar feita à uma da manhã, até chegou a brincar com isso, como se fosse uma questão absolutamente normal, é a posição do PSD, eu não tenho nada a discutir.

Depois o CDS arrancou de início ainda o PS não tinha feito rigorosamente coisa nenhuma, não tinha feito nenhuma intervenção sobre o debate, não se sabia o que o PS pensava sobre isso e ficou logo blindado dizendo que atenção que o vosso vereador e os vossos vereadores tinham votado a favor.

E portanto não fomos nós. O que eu não ouvi da sua intervenção e eu não quero chamar a mim a causa nobre, quero fazer como o Dr. Olinto Ravara, mas também não me posso demitir de fiscalizar, o que eu não ouvi dizer foi, porque é que o valor patrimonial avaliado pelas finanças é um terço do valor real, do valor que está contratado, não é; e se o senhor acha bem ou não, o senhor não disse ou melhor disse que sim, acha muito bem que a avaliação feita pelo fisco em 2006 seja agora feito o preço por vezes três. Eu digo-lhe porque é que o valor é este, porque consta lá nos papéis da Conservatória. Foi feita uma dação em cumprimento, havia uma dívida daquele valor ao Instituto de Gestão Financeira e o Instituto de Gestão Financeira (peço desculpa, estou a falhar o nome do Instituto) tinha aquela dívida, ficou com o terreno pelo valor da dívida, ponto final parágrafo. Mas aquele terreno não vale aquela dívida. Isso foi decisão do Instituto. Não pode ser decisão nossa.

O terreno é importante para São Jacinto? É. É importante. É importante por aquele valor, não. É muito superior! Vai ser muito superior usando o instrumento de planeamento... a Câmara não pode interferir no mercado dessa forma. Não pode comprar terrenos e depois multiplicá-los através dos instrumentos de planeamento e a seguir vender com mais-valias! Porque daí há uma desconcorrência enorme sobre o mercado privado e não há-de ser o Partido Socialista que há-de estar a fazer a defesa com tanta veemência em reservar esse papel se calhar, com tanta força esperava eu, para o CDS e até para o partido social-democrata PPD/PSD.

Mas atenção, isso não cabe à Câmara. A Câmara tem obrigação de salvaguardar os interesses de São Jacinto e de salvaguardar que aquela fila ali, não venha a ser no futuro um outro estaleiro ou que o terreno não saia do sítio durante anos e tem obrigação, como é evidente, e o partido socialista está disposto para isso, para ajudar a resolver esse problema. Agora atenção porque esse milhão e meio de euros ou a quantia que vamos gastar, continua a ser um milhão e meio de euros que podemos aplicar noutra coisa também com a mesma valia, também para benefício de outros habitantes do concelho e que também precisam seguramente.

E portanto, essa é que é a verdadeira questão. E portanto esta questão tem que ser resolvida e não chega, - oh Senhor Presidente, não venha para aqui dizer..., vossa excelência disse: tem o intuito de arranjar uma solução para os Estaleiros de São Jacinto! Isso é uma frase que até lhe fica mal Senhor Presidente. Os estaleiros de São Jacinto já não têm solução. O Instituto não vai devolver o dinheiro aos trabalhadores, nem aos estaleiros, nem a ninguém. Recebe o seu dinheirinho que fazia..., e diminui eventualmente o défice do Estado não é, e aumentamos por outro lado, fazemos assim na balança não é... Eu acho que o terreno é importante, devo dizer. A minha pergunta é: e quero que me explique isto, porque é que é este preço? Porque é que é este preço? E o que é que lá vai fazer? E sem estas duas respostas e isto sim é que é o cerne do debate e este é que é o contributo do PS, não podemos avaliar em concreto o nosso sentido de voto que não seja inviabilizar, dentro do possível, porque não estamos esclarecidos para o votar. Tenho esperança que vossa excelência saiba esclarecer as bancadas da oposição.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) ⁰⁵²

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰⁵³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁵⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵⁵

“Sumariamente em relação às questões colocadas; quanto à primeira, o valor do terreno, penso que já aqui foi esclarecido, Dr. Pires da Rosa, essa questão, o terreno foi adquirido pelo Instituto público num processo de pagamento de dívida. Preço de aquisição não tem naturalmente nada a ver com o valor real do terreno, é a chamada dação em cumprimento. Quanto à afirmação de que não é o facto de a Câmara comprar ou não comprar, que ajuda ou não a resolver o problema, esta não é a nossa opinião, nem a opinião da massa falida, nem é a opinião dos credores, penso que não é a opinião geral das pessoas.

Pareceu-me também que houve aqui alguma tentativa de aconselhar a que a Câmara se mantivesse afastada do processo. O não envolvimento da Câmara nesse processo dos estaleiros. E naturalmente se ficássemos afastados, não custa perceber que teríamos aqui na Assembleia a acusação, que teria todo o fundamento, de que a Câmara não quis saber dos Estaleiros, não se preocupou, não encontrou solução. Portanto isto é sempre um processo difícil.

Entendemos que temos responsabilidades acrescidas e de que as temos que assumir em plenitude e podemos não conseguir aquilo que pretendemos, mas pelo menos temos o dever de tentar conseguir ajudar a resolver o problema.

Quanto à tal articulação com a empresa, é sempre aquela suspeiçozita que fica aqui, convém só dizer que, todos os contactos que nós tivemos em relação a este processo, foi sempre com todos os envolvidos, credores, massa falida, empresa, com toda essa gente, sempre vinte, trinta pessoas em cada reunião, portanto foi tudo penso com a máxima clareza, com a máxima transparência.

Quanto à afirmação que eu terei proferido, eu sinto-me feliz porque estou a ser transcrito aqui muitas vezes e em muitas situações, só é pena que não corresponda aquilo que eu disse. Terei dito que “a transferência do uso de solo no PDM não é difícil”. Nunca disse isto de certeza absoluta em lado nenhum, porque tenho exactamente a ideia oposta a isto. Eu tinha aqui

expresso muitas vezes essa opinião, de que em termos de instrumentos de planeamento é uma alteração, é de uma complexidade enorme. Nem neste caso, no caso vertente há qualquer necessidade de fazer qualquer alteração, portanto não terei dito que era difícil nem fácil, porque não era necessário fazê-la. Ela já está desde 95 consagrada no PDM.

Revisão do PDM também tocada aqui, já expliquei que não é precisa, portanto desde 95 que o PDM está lá como zona de construção com o índice 1, neste terreno que está aqui em causa em termos de construção.

O terreno que está aqui em causa e ouvi ai falar em espaço industrial, não é o terreno dos Estaleiros, o terreno que era dos estaleiros e depois foi dado em dação em cumprimento à Segurança Social, é o terreno que em PDM está como zona de construção e permite o índice 1.

Quanto às dificuldades da Câmara em encontrar meios financeiros, elas são conhecidas naturalmente, são conhecidas as dificuldades financeiras e dificuldades em encontrar meios financeiros. Estamos convencidos naturalmente estas coisas são sempre falíveis, mas estamos convencidos que comprar um terreno de 22.254 m², que prevê o índice 1 de construção, o que dá cerca de 67€/m², o custo a 67€/m² será uma das formas naturalmente de conseguir alguns meios financeiros para podermos então investir mais noutras áreas que aqui foram indicadas.

Sr. Manuel Prior a sua intervenção foi clara, claríssima, profunda, rigorosa, eu penso que até dispensava qualquer comentário meu, é mais pelo respeito à Assembleia que eu estou a dar estes esclarecimentos, porque ele é de quem conhece muito bem o assunto.

Quanto ao facto do assunto ter sido já discutido em Julho, este assunto foi a reunião de Câmara em 27 de Julho. De 27 de Julho para cá tivemos uma Sessão da Assembleia Municipal, foi em Setembro, foi agendada em Setembro. Não nos pareceu curial que este processo, que é um processo destes a aquisição de um terreno, fosse debatido antes das eleições. Portanto não foi incluído nem este nem o anterior, não foram incluídos esses assuntos na Assembleia de Setembro exactamente porque pareceria que haveria aproveitamento político da nossa parte, ao trazer estes assuntos antes. A seguir a Setembro a Assembleia que houve é esta a de Dezembro, onde o assunto foi naturalmente agendado.

Quanto à afirmação, mais uma afirmação que eu terei proferido, o Senhor Presidente da Câmara disse que “este protocolo ou esta proposta iria resolver o drama de muitas pessoas de São Jacinto”. Não me recordo. Não sei se alguém ouviu aqui dizer isto, que iria resolver o drama de muitas pessoas de São Jacinto. Nunca falei em drama de muitas pessoas de São Jacinto, porque normalmente não me sirvo dos dramas das pessoas para fazer qualquer tipo de aproveitamento.

Quanto ao preço, como já disse, o PDM, em termos de PDM está o índice 1, estão aqui em causa 22.254m de construção, dá 67 euros o metro quadrado, acho que não é preciso perceber muito disto para perceber que este é em termos financeiros um negócio pelo menos razoável e aceitável para o município, porque eu acho que um negócio só é bom quando é bom para todas as partes. Portanto parece-me que este é um negócio bom para todos.

Agradecer ao Eng.º Ernesto Barros e ao Prof. Manuel António as palavras que proferiram. E também concluir um pouco como dizia o Prof. Manuel António, porque é que estamos aqui a discutir este Ponto? Por uma razão única, porque os estaleiros infelizmente para todos nós faliram. Estão numa situação dramática neste momento.

Perante isso, perante o caso concreto que surge, temos apenas uma de duas opções: – “pá, isso não é nada comigo, nada connosco, nada com o município, nem nada com a Freguesia, eles que se entendam, eles que resolvam”; e depois naturalmente, como foi aqui referido e bem aparece o caso da EPA, o caso da FRAPIL, porque naturalmente estes processos existem, o envolvimento, nomeadamente do município, que pode servir aqui de pivot e de equilibrador, dinamizador e conciliador de todas as partes; ou então, assumimos a nossa responsabilidade, com as dificuldades, com investimento, com sacrifícios, mas penso que São Jacinto, a memória dos estaleiros, do concelho, exigem e merecem este esforço do município, para se tentar encontrar uma solução para São Jacinto e para Aveiro para aquele caso concreto.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁵⁶

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁷

“Em primeiro lugar, uma questão que é uma questão muito simples e que eu penso que a Câmara tem que começar a pensar também assim ou deve começar a pensar também assim, se quer resolver o problema e não continuar o problema da situação financeira.

É evidente que eu tenho problemas financeiros, pessoalmente, menos complicados que os da Câmara, mas tenho os meus problemas financeiros.

Mas eu não estou em condições de ir ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e dizer – oh pá..., tenho aqui uma maneira de como eu vou resolver os meus problemas financeiros, vou comprar este terreno e depois vendo-o a seguir.

Ora porque é que eu não posso fazer? É óbvio porque é que eu não posso fazer. Não tenho os meios para o fazer. Não tenho recursos para o fazer. E a Câmara diz que sim, que tem esses recursos e que pode realizar uma mais-valia. Eu pergunto, ao fim de quanto tempo, investindo agora um milhão e quinhentos mil euros, quando é que pensa ter o retorno? Quanto é que isso vai custar pelo dinheiro estar empatado? Porque isso tem um custo. Isso está visto? Vamos buscar dois milhões e quinhentos mil euros daqui a quantos anos? Vale a pena?

Essa questão deve ser tida em conta, quando nós temos na bolsa de terrenos de Aveiro, toda uma série de terrenos são propriedade municipal e que não são vendidos! Não são vendidos, porquê? Porque o mercado não deixa. Porque o mercado não quer. Porque a Câmara entendeu que ainda não temos o justo valor por eles.

Portanto não falta na nossa lista de vendas, na relação anexa a cada prestação de contas, não faltam terrenos para vender, mas eles lá continuam. Se eles fossem vendidos todos de uma vez ou uma parte deles vendidos de uma vez, uma parte dos problemas financeiros da Câmara eram resolvidos. Mas isso não acontece.

Não acontece porque não pode acontecer e estamos aqui a dar mais um passo e empenhar mais um milhão e quinhentos mil euros, para um retorno que não é certo que se venha a verificar num prazo razoável.

Portanto esta questão tem que ser tida em conta. E outra questão para que não fiquem dúvidas, a Câmara não vai investir na criação de postos de trabalho, vai investir na compra de um terreno. Poderão eventualmente daqui a uns anos ser, representar pronto..., mas não há diferença no que diz respeito à natureza dos postos de trabalho, não há uma diferença entre o investimento que a Câmara pode fazer e o terreno de investimento público; e eu defendo o investimento público, não é a qualquer preço e nas circunstâncias actuais, neste contexto concreto em que nós estamos.

Ora esses postos de trabalho, não há garantia nenhuma, nada me pode garantir que um investimento do Instituto de Gestão Financeira, se quiser fazê-lo, ou outra entidade público ou privado, que não consiga criar os mesmos postos de trabalho ou mais postos de trabalho.

Também queria deixar claro, que se está aqui a negociar não é a compra da frente de ria, atrás pronto. Para não ficarem dúvidas, porque se o outro problema não for resolvido, eu digo que pode ser resolvido pela Câmara, pode ser resolvido por outra entidade qualquer, os da frente de ria, o problema que dos terrenos, da requalificação dos terrenos dos estaleiros, continua a subsistir da mesma forma.

Portanto o problema que existe hoje não é o problema dos estaleiros, é dos donos da massa falida. É evidente que hoje só estamos a tratar de uma coisa, mas foi invocada a realidade dos estaleiros para justificar. Portanto, o problema que existe em relação a todo aquele conjunto é dos donos da massa falida.

É evidente que os trabalhadores são uma pequena parte dos interesses representados pela Gestão da massa falida, mas os actos da Câmara Municipal e eu manifestei a minha disposição no cumprimento da Lei e dos interesses gerais do município, em poder colaborar em qualquer iniciativa atendendo a majorar a expectativa do conjunto da massa falida, incluindo dos trabalhadores, estou disponível para isso, não estou disponível neste contexto actual, porque acho que não é único passo que viabiliza a solução, nesta operação que aqui está hoje, proposta como esta, sinceramente não concordo.”

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰⁵⁸

Vogal Paulo Jesus (PS) ⁰⁵⁹

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁶⁰

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁶¹

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) ⁰⁶²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶³

“Agora se calhar precisa de uma lição aqui o nosso amigo Pedro Pires da Rosa, que a minha professora da escola primária nos dava, é que o tecido produtivo divide-se em três sectores: o sector primário que é a agricultura e pescas; o sector secundário que é a indústria; e o sector terciário que é dos serviços.

Eu compreendo que talvez por um lado o facto de estar aí na esquerda veja que os trabalhadores só são aqueles que trabalham na indústria. Como é óbvio quando se cria uma zona onde vai viver mais gente, há toda uma criação de riqueza, há uma criação de serviços. Por isso, aquilo que eu disse não pode ser considerado de maneira nenhuma um disparate, nem ridicularizado da maneira que foi, a não ser que seja essa própria intervenção ridícula por si só. Sejam dez, sejam vinte não sabemos quantas são, nem sabemos se são vivendas, porque são habitação multifamiliar, é o que diz o PDM.

Segunda questão; é que quando se dizia que há prioridades, é claro que há prioridades. E também há oportunidades. E esta é uma prioridade aproveitar esta oportunidade, que foi uma oportunidade que não foi criada por esta Câmara antes pelo contrário. Esta Câmara ao aproveitar esta oportunidade, está a ajudar também as pessoas que vivem naquela zona do nosso concelho.

Uma outra nota que gostaria de deixar, aliás porque estas coisas eu que já cá estou há muitos anos, aborrecem-me um bocado quando se pergunta porque é que é importante comprar e vender terrenos? Ainda por cima vindo de alguém que nessa altura acho que só estagiava aqui na Assembleia Municipal, esporadicamente cá vinha, mas é que nós tivemos uma escola de compra e venda de terrenos, entre 1997 e 2005. Uma escola teórica, porque era daquelas coisas: - façam como eu digo, mas não faça, como eu faço, porque se fizerem como eu faço, só dá asneira! Que foi o que aconteceu quando se decidiu que era uma oportunidade muito grande adquirir vinte cinco milhões de euros em terrenos numa zona espectacular (espectacular não, era outra zona qualquer) mas era uma zona ótima! Era ótima! Porque esses terrenos podem nem que seja por esses terrenos no prego a pagar juros altíssimos que vai haver um retorno imediato.

E são estes mesmos senhores, que passado alguns anos, estão preocupadíssimos com o investimento desta Câmara Municipal de um milhão e meio de euros. Numa altura em que a Câmara se pode dar a este pequeno luxo de fazer este pequeno investimento, porque o retorno se não for de imediato é quase de imediato.

E por isso não há razão nenhuma da oposição estar preocupada, aquilo que façam é, olhem para o vosso passado e dêem-nos o benefício da dúvida, porque aquilo que nós estamos a fazer no presente é muito melhor, do que aquilo que foi os prejuízos que deram ao município no passado recente.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁶⁴

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁶⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁶⁶

De seguida, o Presidente da Mesa⁰⁶⁷, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos por cinco minutos, a pedido da bancada do PS.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa⁰⁶⁸ colocou à votação o Ponto 9 – Aquisição de terreno em São Jacinto, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e sete votos a favor (PSD19+CDS7+IND1), dez abstenções (PS10) e três votos contra (PCP1+BE2).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP) ⁰⁶⁹

“O voto contra deve-se aos seguintes factos:

1- a proposta não foi devidamente justificada.

2- a situação financeira não aconselha investimento deste volume sem garantia de retorno em tempo economicamente útil.

Não ficou demonstrado qualquer impacto social positivo, directo ou indirecto, a curto ou médio prazo, na freguesia de São Jacinto, ou nos ex-trabalhadores dos estaleiros.”

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰⁷⁰

“Eu entendo votar contra por três razões. Para já perguntando após incessantes perguntas sobre o tipo de propriedade que estava, não do terreno envolvente, mas o terreno envolvido, temos sempre as respostas sobre o terreno envolvente, o terreno que a autarquia se propõe adquirir. E também não consideramos que seja uma função da autarquia portanto esperar mais-valias através da aquisição destes terrenos. Não deve ser essa a lógica da actuação. E também não resolve nenhum problema ao contrário do que ao início foi sugerido em relação aos estaleiros navais, isso é um problema que nem sequer se pôs.”

Vogal Rafael Nevado (CDS/PP) ⁰⁷¹

“A bancada do CDS/PP nesta Assembleia votou favoravelmente a proposta de aquisição do aludido terreno na freguesia de São Jacinto, porque considera importante a integração do mesmo na bolsa de imóveis da autarquia; porque considera esse negócio extremamente vantajoso para uma freguesia que vem sendo votada ao abandono há já muito tempo; e tendo em consideração as potencialidades que esse terreno encerra no reordenamento urbanístico de toda a zona envolvente dos Estaleiros de São Jacinto”.

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁷²

“Esta votação por três razões fundamentais: - primeira, porque nos pareceu que o valor, tendo em conta a área que estamos a falar era um valor adequado; - segundo que o Senhor Presidente da Câmara se comprometeu a não alterar em sede de revisão do PDM o índice que está definido e portanto garantir o índice 1: - e em terceiro lugar mais importante para nós, comprometeu-se ainda a fazer em 2010, o investimento na obra da frente ribeirinha que para nós é muito mais importante do que obviamente esta questão do terreno.

E portanto ficámos satisfeitos com esta promessa para 2010.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁷³

“O PSD votou a favor da aquisição deste terreno em São Jacinto, por entender que é uma solução para a minimização do impacto negativo gerado pela falência dos Estaleiros de São Jacinto, e por isso esta aquisição irá potenciar a requalificação de uma zona degradada. Poderá também potenciar a empregabilidade em São Jacinto e poderá gerar mais-valias para a Câmara Municipal de Aveiro e por consequência para o município como um todo.”

Seguidamente, e nos termos regimentos, o Presidente da Mesa⁰⁷⁴ colocou à votação do plenário uma proposta de alteração à ordem de trabalhos, objectivando a discussão imediata do Ponto 11 – Proposta de recomendação. Saída do município de Aveiro da parceria, municípios/águas de Portugal. Não se verificando qualquer objecção foi submetida à votação, sendo a proposta de alteração da Ordem do Dia aprovada por unanimidade.

PONTO 11. – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: SAÍDA DO MUNICÍPIO DE AVEIRO DA PARCERIA, MUNICÍPIOS/ÁGUAS DE PORTUGAL.

(A proposta de recomendação foi agendada a pedido da bancada do BE, e a documentação distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa, deu a palavra a um dos subscritores da proposta, que fez uma breve apresentação do assunto em epígrafe.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁷⁵

“Vou começar por apresentar os números de um recente estudo da DECO, e porque consideramos que esta questão prejudica os cidadãos enquanto consumidores e enquanto trabalhadores.

Um estudo da DECO, mostra diferenças nos tarifários da água em Portugal e que também revela que neste momento somos o 4.º país europeu com a água mais cara na Europa, a seguir a Alemanha, Suíça e Dinamarca, ou seja, a seguir a países com um nível de vida muito acima do nosso.

Este estudo critica ainda a falta de regras e métodos comuns aos tarifários dos vários concelhos. Segundo esse estudo, por exemplo, um consumo anual de 120 m³, custa 8€ a um habitante de Penedono, mas em S. João da Madeira a mesma água custa 223€.

O cálculo do consumo, é actualmente desigual, com escalões muito diferenciados e métodos de facturação injustos; estamos a falar de cidadãos portugueses, que pagam preços completamente dispares pela mesma água.

A seguir aos habitantes de S. João da Madeira, por exemplo, neste ranking da água mais cara, vêm os habitantes de Paços de Ferreira que pagam 187€, os da Figueira com 163€, até por exemplo valor de 27€.

Por este estudo, se é que este estudo era necessário, se vê que abrir as portas à colocação da no mercado é um acto gravíssimo e com profundas consequências sociais. Até agora toda a experiência da privatização em todos os países europeus, mostrou que quando há privatização os preços sobem e são os consumidores que pagam essa subida e que vêm financiar os lucros das empresas.

Recordamos, para contextualizar esta questão politicamente e na união europeia, que recentemente a Holanda ilegalizou a privatização do abastecimento de água, demonstrando que pode fazer isso procedendo em conformidade com a legislação da união europeia.

Passo a transcrever: «o Parlamento Europeu recusa que a água e os serviços relacionados com a água ou a eliminação de resíduos, sejam objectos de directivas sectoriais de um mercado único.

Considera que não deve levar-se a cabo a liberalização do abastecimento de água, incluindo águas residuais, devido às características regionais do sector e à responsabilidade local do abastecimento de água potável, assim como outras condições relativas a água potável.

Considera que os serviços de água e dos resíduos, não devem ser objecto de directivas sectoriais da união europeia, mas faz questão de que a união deve manter a sua plena responsabilidade nestes sectores, no que respeita a normativa em matéria de qualidade e de ambiente».

A pergunta que o Bloco de Esquerda faz a esta Assembleia Municipal é muito simples: as opções políticas devem garantir o acesso à água por parte de todos os cidadãos ou pelo contrário, devem transformar a água em mais uma mercadoria a que só tem acesso quem tem dinheiro para a comprar? Esta é a questão de fundo.

A água, para o Bloco de Esquerda é um recurso natural, escasso e indispensável à vida e ao bem-estar das populações, desempenhando múltiplas funções sociais, culturais, económicas e ecológicas.

A sua disponibilização, em qualidade para o consumo e a sua devolução ao meio natural, após tratamento adequado, têm que constituir por isso serviços essenciais de utilidade pública e de interesse colectivo, que devem obedecer aos princípios da universalidade, equidade, qualidade e sustentabilidade.

Vários exemplos da América Latina e na Europa, confirmam que a privatização é lesiva deste interesse público. Na Bolívia, por exemplo, e após grandes lutas de populares obrigaram a grandes empresas transnacionais da água a sair do país e conseguiram assegurar o direito à água como um direito humano fundamental.

Também uma referência a Inglaterra, países que tiveram a primeira iniciativa na Europa de concessionar os sistemas de abastecimento e saneamento a privados, tiveram péssimos resultados; em algumas regiões já foram obrigados a arrear caminho com custos económicos, sociais, ecológicos, muitos elevados. E é disto também que estamos a falar aqui no caso de Aveiro.

Também sabemos que até hoje, mesmo grandes economistas liberais, como o pai do Liberalismo, não do neo-liberalismo, Adam Smith, por exemplo, que se opunha à transformação de um recurso natural como a água numa mercadoria. Porquê? Porque não há alternativa à água. A água não tem alternativa e portanto, a sua transformação em mercadoria terá sempre um custo social enorme.

Em Aveiro, o que acontece com a parceria com a Águas de Portugal, são várias coisas: um investimento que foi público, ou seja, feito com dinheiro dos impostos dos Aveirenses e que vai agora ser utilizado para criar mais-valia a uma empresa privada, sem haver nenhum acréscimo no serviço prestado; o efeito prático desta parceria, vai ser o aumento do custo da água para os cidadãos e uma menor receita para a autarquia.

A manutenção da rede de água, o controle do desperdício, pode vir a deixar de estar sujeito à importância da água como recurso natural escasso, mas apenas sujeito ao facto de essa manutenção dar ou não lucro.

Mais ainda, esta parceria e ainda mais no futuro a privatização, será inevitavelmente desfavorável aos trabalhadores, com fortes possibilidades de gerar mais despedimentos, melhores salários e maior exploração.

Tendo em conta tudo isto e principalmente que com o tempo vai ser bastante mais caro para a autarquia sair dessa referida parceria, já que o custo dessa saída está relacionado com o investimento feito até ao momento, consideramos de vital importância fazê-lo já.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁷⁶

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁷

“Não me cabendo julgar o sentido de oportunidade que o Bloco tem relativamente a esta iniciativa, cabe-me dizer que pessoalmente não a tomaria nesta altura, isto porque o assunto foi deliberação recente e quem a tomou foi recentemente referendado em eleições autárquicas. O resultado desta iniciativa, passados os argumentos (os argumentos passam), que a ideia da saída será rejeitada, com uma votação talvez maior que a obtida da entrada, não me parece que um tal resultado seja positivo para a causa daqueles que defendem a água pública, gestão pública pelas autarquias.

É obvio que, por todas as razões que expus na tribuna desta assembleia municipal, em intervenção do público, vou votar a favor da proposta até por respeito de todos e cada um dos subscritores da proposta que tive a honra de encabeçar, mas com a tristeza de vir a ver ratificada a posição anterior da maioria, quando não havia necessidade.”

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁸

“Com todo o respeito pelo senhor deputado do Bloco de Esquerda, este assunto já foi aqui debatido na Assembleia. Já foi aliás mais do que debatido, foi esmiuçado como se costuma dizer agora, como é hábito e portanto teve a sua oportunidade política.

Eu apenas e não leve a mal aquilo que lhe vou perguntar, queria saber se isto vem um pouco na senda daquela promessa eleitoral, de dar 50 l de água para cada cidadão? É só isso.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁹

“Senhor Presidente esta será a única intervenção do PS para dizer muito sucintamente o seguinte: - as deliberações dos órgãos municipais têm um tempo e têm um modo e o PS é um partido responsável e aceitou democraticamente a deliberação que foi tomada por três vezes na Câmara e na Assembleia Municipal em relação a esta matéria. E o PS esteve na linha da frente no combate a esta decisão, pelas mais diferentes razões e que foram invocadas quer em Câmara, quer em Assembleia Municipal e elas ficaram aliás amplamente espelhadas na acta. E a razão do nosso voto contra e diferente aqui do que foi invocado pelo nosso colega Salavessa, é que nos questionamos mesmo a oportunidade da discussão desta proposta na Assembleia Municipal.

E portanto nós não entendemos que é curial e correcto, nesta altura, discutir esta matéria, quando estes mesmos argumentos foram invocados há menos de três meses.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸⁰

“Quanto aos pressupostos deste agendamento para esta altura subscrevo integralmente o que disse o anterior sucedâneo da bancada do partido socialista.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸¹

“É claro que todos nós mostramos a nossa estranheza de um assunto que recentemente foi objecto de deliberação desta Assembleia Municipal, que é uma Assembleia democrática e que por isso tem as suas mais maiorias, ditadas pelo povo, e que agora venha aqui exactamente com os mesmos argumentos, não se tendo alterado absolutamente nada, uma proposta do BE;

ainda por cima com alguns erros, quer dizer, e ao menos que esses erros tivessem sido corrigidos não é?

Tiveram tempo então ao menos para isso. E depois quando apresenta um conjunto de hipóteses, de conjecturas, quais são os erros? Olhe por exemplo quando diz que três biliões de pessoas sofreram escassez de água potável, quando no mundo não há três biliões de pessoas. Quer dizer não pode ser, é delirante este género de coisas.

Há seis mil milhões de pessoas no mundo; Seis mil milhões, por isso não há três biliões. Por isso não pode ser não é? Pronto e depois quando ainda continuam, aliás o argumento aqui invocado, muito invocado é que nós estávamos a fazer uma proposta para onze municípios, quando na realidade só eram nove. Agora posso-vos dizer o contrário, aparecem na vossa recomendação a esta Assembleia, dizer que a parceria foi firmada entre nove municípios, quando já sabem que afinal foram onze, ou seja, conclusão, é um assunto que não devia ter sido aqui trazido, não prestigia esta Assembleia e só espero é que da próxima vez o Bloco de Esquerda não volte a tomar iniciativas destas.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸²

“Relativamente à oportunidade que foi aqui criticada da proposta, a oportunidade tem a ver como pelos vistos o facto da água que enquanto recurso natural ser mais importante para o BE que para os outros partidos; e tem a ver com a questão precisamente de uma saída da Câmara desta parceria tardia, ser mais cara do que se o fizermos agora.

Relativamente à proposta do BE dos 50 litros de água que referiu muito bem, essa é uma proposta que não saiu assim de uma cartola, a proposta dos 50 litros de água por mês por pessoa, tem a ver com as recomendações da Organização Mundial de Saúde e a proposta que o BE fez era auto-suficiente em termos financeiros.

Posso-lhe dizer que por exemplo, que a construção do estádio do Beira-mar, o dinheiro que se gastou ali pagava a nossa proposta, que não era preciso chegar ai, durante 127 anos àquilo que é actualmente a população de Aveiro.

De qualquer maneira essa proposta financiava-se a si mesma porque tinha um escalão de cobrança progressiva, ou seja, quem tem uma piscina por exemplo, pagaria mais água, porque nós consideramos que a água para além de ser de todos, consideramos que a água é um recurso natural de todos, não pode ser desperdiçada.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa⁰⁸³ colocou à votação o Ponto 11 – Proposta de Recomendação: Saída do Município de Aveiro da parceria, Municípios/Águas de Portugal, sendo a mesma rejeitada, com trinta sete votos contra (PSD19+CDS7+PS10+IND1) e três votos a favor (PCP1+BE2)

Não houve declarações de voto.

De seguida o presidente da Mesa⁰⁸⁴, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida⁰⁸⁵, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁸⁶ deu por encerrada a quarta reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião da sessão se realizará no próximo dia 30 de Dezembro (quarta-feira).

Eram 00:30 horas do dia 29 de Dezembro de 2009.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)